

**Rádio CBN AM/FM**

**Programa CBN Brasil, com o jornalista Carlos Alberto Sardenberg**

**2005.12.20**

E agora está conosco o presidente da Empresa de Pesquisas Energéticas, Maurício Tolmasquim. Maurício Tolmasquim, boa tarde

Maurício Tolmasquim – Boa tarde, Sardenberg

Sardenberg - Obrigada pela sua participação. Queria um comentário seu sobre o chamado leilão de energia nova, que foi realizado semana passada. E, particularmente, a **Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica**, que representa o setor privado, fez aí algumas restrições, dizendo que teve uma presença muito forte das empresas estatais. Qual é a sua avaliação, dr. Maurício Tolmasquim?

Maurício Tolmasquim - Olha, do nosso ponto de vista, o leilão foi um sucesso total. Para se ter uma idéia, participaram, venderam energia nesse leilão 49 usinas, um número bastante importante. Foram contratados o equivalente a 3.286 MW médios. Para você ter uma idéia, a carga, o mercado de energia hoje existente, contratado, é em torno de 46 mil MW médios. Quer dizer, o equivalente a 8% desse mercado foi contratado.

Sardenberg - Talvez, dr. Tolmasquim, a gente tenha que dar uma explicação para o ouvinte. Quando a gente fala em energia contratada é a energia que uma usina já construída ou a ser construída vende para a distribuidora?

Maurício Tolmasquim – Perfeito. É uma usina, seja hidrelétrica, seja termelétrica, que vende para uma distribuidora. Esses contratos entre as geradoras e as distribuidoras representaram um volume financeiro de cerca de R\$ 68 bilhões de reais.

Sardenberg – O que é isso? Dinheiro que...

Maurício Tolmasquim – Contratos entre distribuidoras e geradoras.

Sardenberg – Quer dizer, o que as geradoras vão receber das distribuidoras?

Maurício Tolmasquim – Exatamente. R\$ 68 bilhões, que é um volume bastante expressivo. Apesar de ser chamado de leilão de energia nova, tinha duas categorias de usinas: tinha usinas recém-construídas, que por uma questão legal eram consideradas como novas, e usinas realmente a serem construídas. Em termos da expansão do sistema – importa as a serem construídas – nós temos no Brasil, até 2010, mais 20 novas usinas, totalizando 1315 MW de energia contratadas entre geradoras e distribuidoras, distribuídas da seguinte forma: sete hidrelétricas novas, que não têm concessão; duas que já têm concessão, mas que são novas, que serão construídas; duas pequenas centrais hidrelétricas; cinco usinas a biomassa, que é o bagaço de cana; uma a gás natural; duas a carvão no sul do Brasil e uma a óleo

diesel, então são 20 novas plantas que serão instaladas. É importante que do ponto de vista das usinas hidrelétricas, que eu acho que é o comentário que foi feito pela **Câmara** – só quero chamar atenção que ela representa os investidores privados, representa uma facção, um grupo de investidores, não é necessariamente a totalidade. Sobre o comentário, eu acho estranho porque, das sete usinas hidrelétricas novas, quatro foram adquiridas por grupos privados e três por grupos estatais. É claro que em termos de volume de energia, as três estatais são maiores. Então, se olhar em termos de volume de energia dá uma percentagem maior de estatal. Mas se considerar em termos de usinas licitadas dá maior para o privado. Então, depende de como for olhado.

Sardenberg – As estatais são Furnas, Cemig e Eletrosul?

Maurício Tolmasquim – Para você ter uma idéia, a usina de Baguari ficou com um consórcio conduzido pela Neoenergia, com a participação de duas estatais. Mas a Neoenergia tem 51%. Passo São João ficou com a Eletrosul; São José com a Alusa, que é uma empresa privada, que tem ganhado muito com linha de transmissão, e ganhou duas; Simplício com Furnas, que é estatal.

Sardenberg – Essa é a maior delas.

Maurício Tolmasquim – Essa é a maior. Retiro Baixo com a Ortense, que é ligada em equipamento, e Paulista com Furnas.

Sardenberg – A discussão, dr. Maurício Tolmasquim, sobre se tem mais estatal ou menos estatal, na verdade tem a ver com a questão da rentabilidade, o que diz o setor privado, ou parte do setor privado, como o sr. diz, é que ao preço que foi colocado pelo Ministério e pela empresa que o sr. dirige, a rentabilidade é baixa.

Maurício Tolmasquim – O resultado do leilão justamente veio a negar isso, demonstrar que isso não é verdade. São quatro empreendimentos majoritariamente privados. E nos outros que estão com estatal, houve competição com o privado. Tem uma empresa, que me foge o nome e que é privada, que entrou nos três empreendimentos em que venceram estatais, entrou por R\$ 116. Quer dizer, se R\$ 116 não fosse atrativo, ela não teria entrado. Só que o concorrente acabou abaixando o preço e acabou levando. Então, o mais interessante é que houve uma competição pelas usinas, entre privados e estatais, privados e privados. Isso foi bastante interessante.

Sardenberg – Agora, na sua avaliação, tinha outra questão dos leilões que era resolver o problema de demanda lá para frente. Nós estamos garantidos até 2008, 2009 e precisaria garantir mais para frente. Isso está sendo feito?

Maurício Tolmasquim – Sardenberg, esta foi a pergunta central, fundamental, que você fez agora. Veja bem: do nosso ponto de vista, o principal é isso: atender a demanda para garantir o suprimento de energia no Brasil E qual a notícia ótima que

saiu desse leilão? É que, 2005 acabou, nós estamos 100% contratados; 2006, 100% contratados; 2007, 100% contratados; 2008, falta 1,2% para contratar, quer dizer, tecnicamente, totalmente contratado; 2009, falta 4,5% , e 2010, 100% contratado.

Sardenberg – Isso quer dizer que a demanda prevista está atendida por usinas construídas ou a serem construídas?

Maurício Tolmasquim – Exatamente. Significa que as demandas previstas pelas distribuidoras – as distribuidoras têm de prever qual é a demanda com cinco anos de antecedência..

Sardenberg – Traduzindo, até 2010 não tem problema energia.

Maurício Tolmasquim – Isso é um fato importante, histórico no Brasil. Nunca na história do Brasil, com cinco anos de antecedência, nós tivemos toda a demanda prevista pelas distribuidoras já pré-contratada por elas. Esse grau de segurança nunca houve na história do país. O que acontecia, antes do novo modelo? Uma distribuidora não tinha a obrigação nem de estar 100% contratada. Ela podia pegar e não ter usinas contratadas para atender a demanda. Se acreditava que se ela fosse ao mercado de curto prazo, o mercado de compra e venda excedente de energia, ela sempre teria energia disponível para atender sua demanda. O que aconteceu durante o racionamento e que elas não estavam contratadas e não tinha energia disponível no mercado de curto prazo.

Sardenberg – Uma pergunta de leigo dr. Maurício Tolmasquim: essa demanda é prevista pelas distribuidoras de energia, naturalmente elas levam em conta...

Maurício Tolmasquim – Expectativa de crescimento, economia...

Sardenberg – Mas isso é problema delas?

Maurício Tolmasquim – Sardenberg, durante a discussão do novo modelo, houve uma discussão se a EPE, a empresa que eu dirijo, estatal, deveria que prever a demanda ou as distribuidoras iriam prever a demanda. E nós optamos que as distribuidoras assumissem essa responsabilidade. Por que? Porque se a EPE previsse a demanda e nós errássemos, o que aconteceria? O consumidor pagaria o pato. Agora, a distribuidora não. Ela tem grande responsabilidade pela previsão dela. Se ela estiver sub ou sobre contratada, ela é fortemente penalizada. Então, ela é muito responsável nessa previsão porque se ela tiver sobrecontratada, além de pagar por uma energia que ela não vai poder repassar para o consumidor, ela tem penalidade. E subcontratada também. Então, nos tiramos do Estado esta função de prever a demanda, deixamos com o mercado, com as distribuidoras. Claro que nós acompanhamos, mas a responsabilidade final é delas.

Sardenberg – dr. Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisas Energéticas, para o ano que vem estão previstos novos leilões. Para que?

Maurício Tolmasquim – Como eu disse, as distribuidoras fazem previsão da demanda com cinco anos de antecedência, nós somamos essa demanda, e fazemos a previsão cinco anos adiante. Porém, é claro que com cinco anos de antecedência, as distribuidoras não tem garantia do que pode acontecer, existem variações na economia, choques podem ocorrer, então elas podem errar. Então, três anos antes da data prevista para entrar em operação as usinas, elas podem fazer uma nova previsão, limitada a 2% da carga, para elas contratarem o que ficou faltando. Então, a cada ano nos temos dois leilões: um leilão para cinco anos adiante e outro leilão para três anos adiante.

Sardenberg – Dr. Maurício Tolmasquim, presidente da EPE, muito obrigada por sua informação aqui na CBN.

Maurício Tolmasquim - Muito obrigada, Sardenberg.